

Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI: tendências e características

Raul Luís Assumpção Bastos

Economista, Pesquisador da FEE

1 Introdução

O objetivo deste estudo é o de analisar o desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na primeira década do século XXI.

Um dos principais condicionantes do comportamento do mercado de trabalho é o desempenho da economia em termos de taxas de crescimento do produto, pois este influencia a sua capacidade de absorção de mão de obra e, conseqüentemente, a evolução do desemprego. A este respeito, o Rio Grande do Sul, na primeira década do século XXI, evidenciou taxas de variação positivas do PIB em oito anos, sendo as mais elevadas as de 2007 e de 2010, 6,5% e 6,7% respectivamente (FEE, 2012). Os dois anos em que o Estado passou por processos recessivos foram os de 2005 e 2009, com taxas de variação negativas do produto de 2,8% e 0,4% respectivamente. A par destas evidências, constata-se também que na segunda metade do período em foco o desempenho econômico foi mais vigoroso, com taxas de crescimento do PIB mais elevadas *vis-à-vis* às da primeira metade do decênio. Tendo em vista o desempenho econômico do Estado, esboçado sumariamente, assume-se que este tenha influenciado favoravelmente o comportamento do mercado de trabalho e a incidência do desemprego na RMPA, com ênfase particular na segunda metade do período que será objeto de investigação neste trabalho.

O estudo ora empreendido sobre o fenômeno do desemprego tem como premissa o reconhecimento da importância das características de um mercado de trabalho heterogêneo, como o latino-americano e o brasileiro (SALM, 1987; DEDECCA; BALTAR, 1997). Em mercados de trabalho heterogêneos, uma grande parte da população ocupada não corresponde ao emprego regulamentado de acordo com a legislação trabalhista, estando neles inserida enquanto trabalhador autônomo, empregado doméstico ou

assalariado sem registros formais, situando-se, muitas vezes, à margem do sistema de proteção ao emprego. Disto decorre que uma proporção dos desempregados não tem acesso à principal política passiva para o mercado de trabalho, que é o seguro-desemprego, pois não reúne as condições de elegibilidade para obtê-lo, necessitando recorrer a estratégias de sobrevivência sob a forma de trabalhos precários, em uma condição limítrofe entre desemprego, ocupação e inatividade.

É com base nesta compreensão que a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), principal fonte de dados deste trabalho, mostra-se adequada à análise do desemprego, na medida em que decompõe esse fenômeno em dois tipos — o aberto e o oculto —, o que permite apreendê-lo como um objeto de investigação multifacetado, mais condizente com a realidade de mercados de trabalho heterogêneos (TROYANO, 1988; HOFFMANN *et al.*, 2002; DEDECCA, 2006).

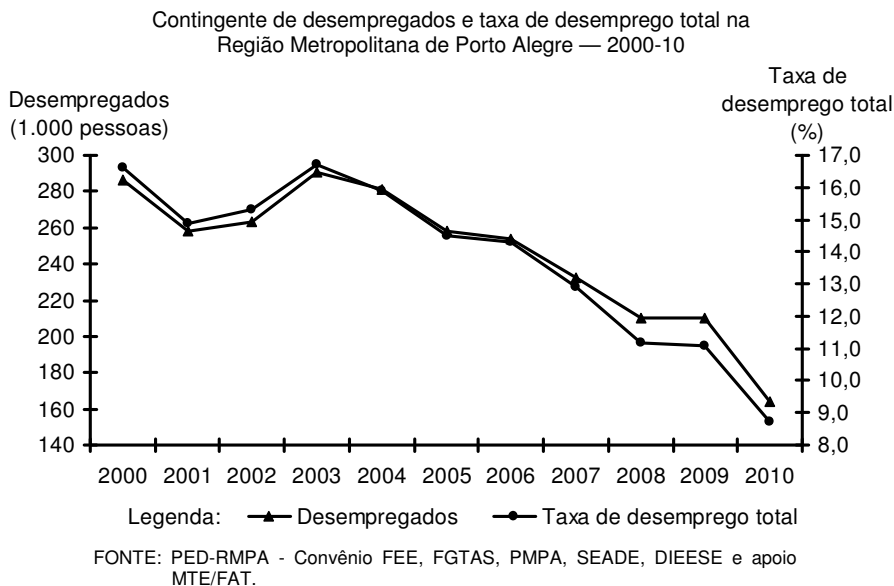
Quanto às questões básicas que orientam este estudo sobre o desemprego na RMPA, estas podem ser assim formuladas no escopo deste trabalho: quais as características da trajetória do desemprego ao longo da primeira década do século XXI, em diferentes dimensões (incidência, estoque e duração)? A evolução do desemprego por tipo — aberto e oculto — mostrou-se semelhante ao longo do período em análise? Em um ambiente de melhora na estruturação do mercado de trabalho metropolitano (CHAVES *et al.*, 2010; BORGES, 2011), identificam-se mudanças nas fontes de sobrevivência dos desempregados? Em caso de uma resposta afirmativa à indagação, o que apontam estas mudanças em termos de acesso ao sistema de proteção ao emprego? O que revela o comportamento do desemprego, segundo características sociodemográficas, quanto às diferenças na sua incidência e na evolução da sua composição? Nesse sentido, o período que é objeto de investigação evidencia aumento ou redução das desigualdades na procura por trabalho entre os diversos segmentos populacionais e socioeconômicos?

Tendo por base as questões sumariamente apresentadas acima, este estudo encontra-se assim organizado: após esta breve introdução, na seção 2 identificam-se e interpretam-se as tendências do desemprego na RMPA quanto à incidência, estoque, tipo e duração, na primeira década do século XXI; a seção 3 tem como objeto de investigação a evolução das fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados no período, procurando identificar a existência (ou não) de mudanças nesse âmbito; na seção 4 analisa-se o desemprego de acordo com características sociodemográficas, com o propósito de examinar as desigualdades existentes entre os diferentes segmentos da força de trabalho, e como estas evoluíram ao longo do período; por último, nas considerações finais são resumidas as principais evidências proporcionadas por este trabalho.

2 Aspectos básicos do desemprego na RMPA na primeira década do século XXI

Ao observar-se o comportamento do desemprego na RMPA no período 2001-10, pode-se constatar que este foi favorável no primeiro ano do decênio, quando evidenciou declínio, para logo após deteriorar-se em 2002 e 2003, atingindo os maiores patamares da década: naquele último ano a taxa de desemprego total havia se elevado para 16,7%, e o estoque de desempregados, para 291 mil pessoas (Gráfico 1). Esse foi um momento de baixo dinamismo da economia do Rio Grande do Sul, com taxas de crescimento do PIB de 1,7% em 2002 e de 1,6% em 2003 (FEE, 2012).

Gráfico 1



A partir de 2004, em um processo que se estendeu por mais quatro anos, o desemprego na Região evidenciou uma trajetória nítida de declínio, tendo a taxa de desemprego total se reduzido em 2008 para 11,2%, e o contingente de desempregados, para 210 mil pessoas (Gráfico 1). Para este processo contribuiu o desempenho da economia gaúcha, a qual evidenciou maior ritmo de crescimento do PIB, à exceção de 2005, ano em que o Estado passou por uma recessão. A esse respeito, dado o contexto da economia gaúcha em 2005, o comportamento do desemprego na RMPA naquele ano não pode ser considerado intuitivo. Uma interpretação tentativa do que ocorreu está associada ao fato de a recessão ter se manifestado

muito mais intensamente na agropecuária, setor cujo peso relativo na economia da RMPA é muito pequeno (ALONSO, 2008), não tendo, por isso, implicado agravamento do desemprego, um fenômeno mais característico do meio urbano.

O processo de redução do desemprego foi interrompido em 2009, ano em que o Estado experimentou uma recessão, advinda da crise financeira global do final de 2008. É interessante constatar, não obstante, que a retração da atividade econômica não trouxe consigo incremento do desemprego, pois este se manteve relativamente estável em 2009 (Gráfico 1). Um dos fatores que contribuiu para tanto foi o comportamento da taxa de participação, que passou de 58,7% em 2008 para 58,1% em 2009, em uma manifestação de retração do engajamento da População em Idade Ativa no mercado de trabalho regional, atenuando os efeitos da recessão sobre o desemprego.

No último ano da década em análise, o desemprego apresentou forte redução, tendo a sua incidência atingido 8,7% — menor patamar de toda a série histórica da Pesquisa, cuja primeira média anual é a de 1993 —, enquanto o contingente de desempregados se retraiu para 164 mil indivíduos (Gráfico 1). Este comportamento muito favorável do desemprego ocorreu em um ambiente de retomada do processo de crescimento pela economia do Estado, cujo PIB registrou elevação de 6,7% em 2010.

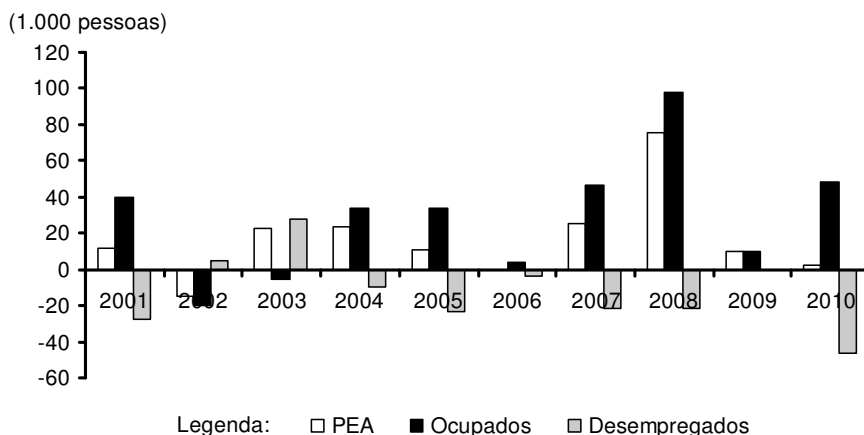
Sabe-se que um dos condicionantes do tamanho do estoque de desempregados é a geração de oportunidades ocupacionais *vis-à-vis* à evolução da População Economicamente Ativa (PEA), esta última uma forma de medição da oferta de trabalho. A este respeito, a experiência da RMPA na década em análise evidencia sete anos nos quais a ampliação do estoque de ocupados foi superior à da PEA, dois anos em que a variação absoluta da PEA foi superior à da ocupação e um ano em que a variação de ambas foi idêntica (Gráfico 2). Esses resultados indicam que a capacidade de absorção de mão de obra pela economia local foi superior ao aumento da oferta de trabalho, o que conduziu à contração do estoque de desempregados da Região. Sob a ótica do desemprego, assinale-se, ainda, que o ano mais favorável do mercado de trabalho regional, no período analisado, foi o de 2010, em que houve acréscimo de 48 mil ocupados, contra um leve incremento de 2 mil indivíduos na PEA e o conseqüente decréscimo de 46 mil desempregados.

Pode-se avançar no conhecimento do fenômeno do desemprego na RMPA no período por meio de sua análise por **tipo**, o **aberto** e o **oculto**, tendo este último dois componentes, o **oculto pelo trabalho precário** e o **oculto pelo desalento** — ver conceitos no Quadro 1. Conforme se constata, é fundamentalmente a partir de 2004 que os diferentes tipos de desemprego evidenciam uma tendência de retração, interrompida apenas em 2009 devido especificamente ao aumento da taxa de desemprego aberto (Gráfico 3). Ao se contrastar o primeiro e o último ano do decênio, pode-se perceber

que a taxa de desemprego aberto havia se reduzido de 9,6% para 7,0%, a de desemprego oculto pelo trabalho precário, de 3,5% para 1,3%, e a de desemprego oculto pelo desalento, de 1,8% para 0,4% — esta última, portanto, situou-se próxima da erradicação.

Gráfico 2

Variações absolutas anuais da População Economicamente Ativa, dos contingentes de ocupados e de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Quadro 1

Conceitos de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego

Desemprego aberto - pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista.

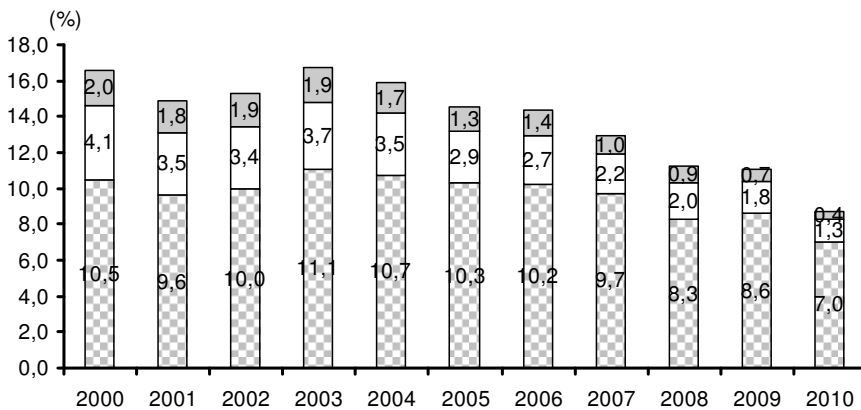
Desemprego oculto pelo trabalho precário - pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias.

Desemprego oculto pelo desalento - pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses.

FONTE: PESQUISA ... (2009, p. 35).

Gráfico 3

Taxa de desemprego, por tipo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



Legenda: □ Aberto □ Oculto pelo trabalho precário □ Oculto pelo desalento

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ainda no que se refere ao desemprego por tipo, um fenômeno bastante relevante observado na RMPA no decênio é o de que a razão entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto elevou-se acentuadamente, tendo passado de 1,81 em 2001 para 4,12 em 2010, o que evidencia que o ritmo de retração da última foi muito mais intenso do que o da primeira (Gráfico 4). De acordo com a compreensão aqui sugerida, a interpretação proposta deste fenômeno sobrepõe duas ordens de fatores: por um lado, a maior criação de oportunidades ocupacionais no período fez com que houvesse condições mais propícias para o afastamento dos indivíduos do desemprego oculto, em face de as suas perspectivas no mercado de trabalho terem se tornado mais satisfatórias; por outro, trabalha-se com a hipótese de que a retomada da geração de empregos com registros formais¹ no setor privado implicou que maior parcela relativa de indivíduos que passaram pela experiência do desemprego reunissem os critérios de elegibilidade do seguro-desemprego, podendo enfrentar o desemprego aberto pelo fato de ter acesso a essa política pública compensatória.

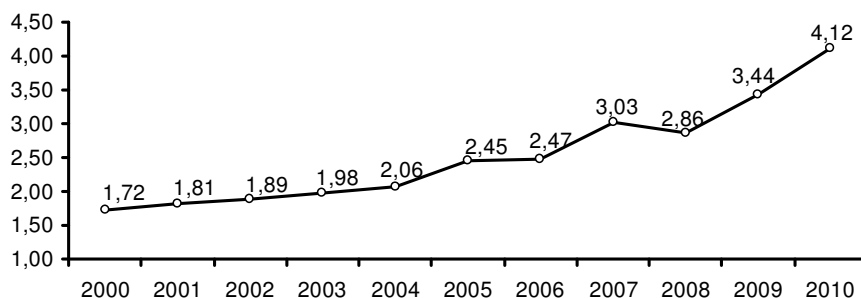
Em consonância com os resultados anteriormente expostos, a composição do estoque total de desempregados na RMPA no decênio mostra um aumento da parcela relativa de indivíduos em desemprego aberto e uma consequente retração daquela em desemprego oculto (Gráfico 5). Neste sentido, a proporção de indivíduos em desemprego aberto registrou elevação, passando de 64,7% em 2001 para 80,3% em 2010, enquanto a propor-

¹ Sobre o processo de recuperação do emprego formal no período, ver, no âmbito do país, Cardoso Jr. (2007), e na RMPA, Chaves *et al.* (2010) e Borges (2011).

ção de indivíduos em desemprego oculto pelo trabalho precário, queda de 23,6% para 14,8%, assim como aquela em desemprego oculto pelo desalento, de 11,7% para 4,9%. Essas evidências remetem para a possibilidade de estar se processando uma mudança qualitativa no mercado de trabalho regional, na medida em que se ampliou a proporção de indivíduos em desemprego aberto no estoque total de desempregados, o que é uma característica mais presente na realidade das economias avançadas.

Gráfico 4

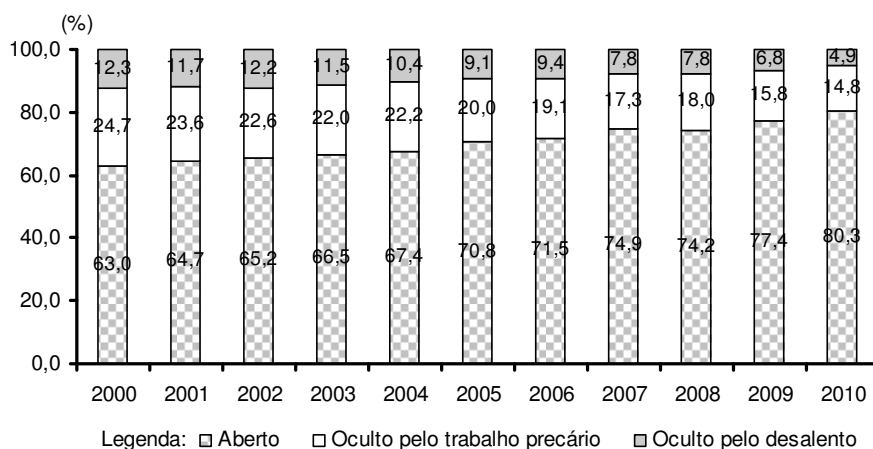
Razão entre a taxa de desemprego aberto e a taxa de desemprego oculto na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



FONTA: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Gráfico 5

Distribuição dos desempregados, por tipo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



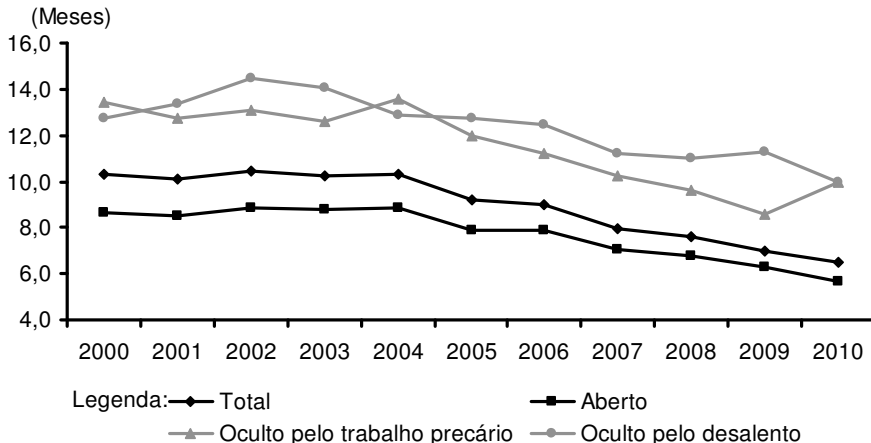
Legenda: □ Aberto □ Oculto pelo trabalho precário □ Oculto pelo desalento

FONTA DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

No que diz respeito à **duração do desemprego**, o tempo médio de procura por trabalho na RMPA para o total de desempregados ficou relativamente estável de 2001 a 2004, situando-se em torno de 10 meses (Gráfico 6). A partir de 2005, a duração do desemprego apresentou um processo de declínio, atingindo 6,5 meses em 2010, o que representou uma melhora sensível nesta dimensão do desemprego na Região. Quando se analisa a duração do desemprego por tipo, constata-se que entre os indivíduos em desemprego aberto o tempo médio de procura por trabalho se situou em patamares mais baixos, tendo se reduzido de 8,5 meses em 2001 para 5,7 meses em 2010. Por sua vez, o tempo médio de procura por trabalho para os indivíduos em desemprego oculto mostrou-se bastante superior: em 2001, 12,7 meses para aqueles em desemprego oculto pelo trabalho precário e 13,4 meses para aqueles em desemprego oculto pelo desalento, e, em 2010, ambos haviam declinado para 10 meses. A ocorrência de diferenças na duração do desemprego por tipo pode ser considerada compreensível, dado que as pessoas em desemprego oculto se veem compelidas a adotar estratégias de sobrevivência por meio de trabalhos precários ou se encontram desalentadas, o que deve ampliar o seu tempo médio de procura por trabalho no cotejo com aquelas em desemprego aberto.

Gráfico 6

Tempo médio de procura por trabalho dos desempregados, total e por tipo na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



Legenda: —◆— Total —■— Aberto
—▲— Oculto pelo trabalho precário —●— Oculto pelo desalento

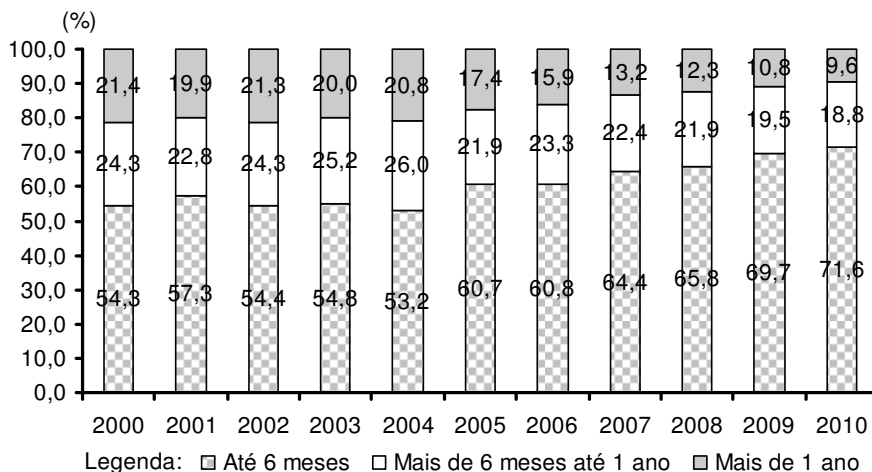
FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Ainda no que se refere à dimensão do desemprego em foco, as mudanças na composição do estoque total de desempregados na RMPA na

década também apontam para uma importante redistribuição destes de acordo com diferentes durações do desemprego (Gráfico 7). Nesse sentido, a proporção de indivíduos com tempo médio de procura de até 6 meses elevou-se de 57,3% para 71,6% do estoque total de desempregados, na comparação de 2001 com 2010; aqueles com mais de 6 meses até 1 ano tiveram uma redução da sua parcela relativa de 22,8% para 18,8%, e aqueles com mais de 1 ano, de 19,9% para 9,6%. Dessa forma, essas mudanças caracterizam uma perda de peso relativo dos segmentos com maior tempo médio de procura por trabalho no estoque total de desempregados, ao final do período em análise, o que deve ser também reconhecido como uma melhora da situação do mercado de trabalho regional.

Gráfico 7

Distribuição dos desempregados, por tempo médio de procura por trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

3 As fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados

Esta seção se propõe analisar de forma sucinta as fontes de sobrevivência dos trabalhadores desempregados na RMPA, assim como as suas mudanças ao longo do período 2001 a 2010. Para tratar deste tema é necessário ter presente que as estratégias de sobrevivência dos desempregados são sobremaneira condicionadas pelas características de um mercado de trabalho heterogêneo — como o brasileiro —, em que uma parcela

relativa considerável da ocupação não corresponde ao emprego assalariado regulamentado pela legislação trabalhista, não tendo, portanto, essas pessoas como acessar o sistema de proteção ao emprego (SALM, 1987; DEDECCA; BALTAR, 1997). Uma vez mais, a metodologia da PED mostra-se apropriada para uma investigação sobre este tema, pois adota conceitos de desemprego que são mais condizentes com as características de um mercado de trabalho heterogêneo, o que amplia as suas perspectivas de análise.

Como foi mostrado na seção anterior, na década em foco ocorreu uma redução importante da incidência do desemprego na RMPA, tendo esta sido mais intensa para a taxa de desemprego oculto *vis-à-vis* à taxa de desemprego aberto. Isto teve como desdobramento uma mudança na composição do estoque de desempregados, no sentido de que ocorreu aumento da parcela relativa de indivíduos em desemprego aberto. Diante desta situação, que implicações tal mudança poderia ter quanto ao uso das diferentes fontes de sobrevivência entre os trabalhadores desempregados? Esta é a questão que orienta esta seção, que procurará respondê-la no que segue.

No que diz respeito ao **desemprego aberto**, constata-se que a fonte de sobrevivência mais utilizada na RMPA é aquela em que **outra pessoa da família tem trabalho**, referida por 69,8% dos indivíduos em 2001 e 73,3% em 2010, secundada pela **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, 29,7% em 2001 e 37,0% em 2010 (Tabela 1).² Esses dados mostram que mesmo entre os trabalhadores em desemprego aberto as fontes amplamente predominantes de sobrevivência estão vinculadas ao circuito de relações familiares e pessoais, o que indica um baixo grau de proteção por meio de políticas públicas para o mercado de trabalho. A esse respeito, a proporção de indivíduos que identificou o **seguro-desemprego** como fonte de sobrevivência era de somente 5,0% em 2001, tendo atingido 8,6% em 2010. Assim, não obstante o avanço no uso dessa política pública compensatória, esses resultados reforçam a compreensão de que o grau de proteção por meio de políticas públicas para os indivíduos em desemprego aberto é ainda modesto. De qualquer forma, de acordo com a compreensão proposta neste estudo, o aumento no uso do seguro-desemprego como fonte de sobrevivência esteve inserido em um contexto de recuperação na geração de empregos formais (CHAVES *et al.*, 2010; BORGES, 2011), o que deve ter contribuído para que maior número de trabalhadores, em caso de desemprego, pudesse atender aos critérios de elegibilidade e, com isso, ter acesso a esse seguro. Uma outra política pública, o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), foi indicada como fonte de sobrevivência por

² Os valores acima referidos superam 100,0% pelo fato de um desempregado poder ter até duas fontes de sobrevivência.

3,9% dos trabalhadores em desemprego aberto em 2001 e por 4,0% em 2007 (ver Tabela 1).³

Tabela 1

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego aberto na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	31,2	29,7	27,3	30,3	33,8	36,2
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	70,8	69,8	71,4	68,5	69,3	68,8
FGTS	3,5	3,9	3,9	3,2	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego	4,8	5,0	6,5	6,3	4,9	5,2
Pensão ou aposentadoria	4,0	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	10,6	10,4	11,0	10,8	10,3	11,6
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	35,8	40,2	38,9	37,9	37,0	
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	71,3	72,5	72,4	70,5	73,3	
FGTS	(1)-	4,0	(1)-	(1)-	(1)-	
Seguro-desemprego	7,3	7,6	8,8	9,1	8,6	
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Outros	10,8	8,8	10,2	10,7	10,6	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos trabalhadores em **desemprego oculto pelo trabalho precário**, a fonte de sobrevivência predominante na RMPA foram os **trabalhos irregulares e casuais**, apontados por cerca de 98,0% dos indivíduos tanto no início quanto ao final do decênio sob análise (Tabela 2). Esse resultado era plenamente esperado, dado que a inserção em uma atividade laboral precária é um dos elementos que permitem classificar os indivíduos nessa modalidade de desemprego, ou seja, trata-se de algo derivado do próprio conceito deste componente do desemprego oculto (ver Quadro 1). A segunda fonte de sobrevivência mais referida pelos trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário foi **outra pessoa da família tem trabalho**, cuja proporção se elevou de 50,8% em 2001 para 53,9% em 2010, e a terceira, a **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, cuja parcela relativa, apesar de oscilar um pouco, passou de 18,3% em 2001 para 19,9% em 2008. Em suma,

³ Como se pode constatar na Tabela 1, em 2008, 2009 e 2010 não há amostra suficiente para divulgar a proporção de indivíduos que citaram o FGTS como uma das suas fontes de sobrevivência.

as evidências acima descritas mostram que os trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário sobrevivem por meio de trabalhos precários ou de relações familiares e pessoais, com uma aparente ausência de acesso a políticas públicas de proteção aos desempregados.

No que se refere aos trabalhadores em **desemprego oculto pelo desalento**, foi apontada como fonte majoritária de sobrevivência **outra pessoa da família tem trabalho**, cuja proporção passou de 74,4% em 2001 para 70,6% em 2010 e, secundariamente, a **ajuda de parentes e/ou conhecidos**, com parcelas relativas de 28,0% em 2001 e de 35,3% em 2008 (Tabela 3). No caso destes desempregados, portanto, fica-se com a percepção de uma situação de grande fragilidade socioeconômica, devido à sua dependência estrita de relações familiares e pessoais para a garantia de seus meios de vida.

Tabela 2

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	98,4	98,1	98,3	98,0	97,7	98,4
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	16,9	18,3	15,7	17,7	19,1	20,8
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	52,7	50,8	51,5	51,2	50,8	50,7
FGTS	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	99,5	100,0	98,9	98,0	98,5	
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	17,6	18,8	19,9	(1)-	(1)-	
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	55,5	52,6	53,9	54,8	53,9	
FGTS	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Seguro-desemprego	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 3

Fontes de sobrevivência dos indivíduos em situação de desemprego oculto pelo desalento na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-10

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	29,4	28,0	28,2	30,5	35,9	34,5
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	73,1	74,4	74,0	73,7	70,8	72,8
FGTS	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Seguro-desemprego	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc.	-	-	-	-	-	-
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	35,3	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho ...	72,2	76,5	72,1	72,2	70,6	
FGTS	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	-	
Seguro-desemprego	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Pensão ou aposentadoria	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Outros	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Estas evidências sobre as fontes de sobrevivência dos desempregados na RMPA no período identificaram a ampla predominância do uso de alternativas vinculadas às relações familiares e pessoais ou à inserção em ocupações precárias, por um lado. Por outro, no caso específico do desemprego aberto, a cobertura das políticas públicas compensatórias, como o seguro-desemprego e o FGTS, mostrou-se modesta, não obstante ter havido aumento no uso da primeira delas na comparação de 2001 e 2010. Assim, pode-se afirmar que a situação socioeconômica de um trabalhador que experimenta o desemprego na RMPA continua sendo bastante adversa, em virtude da sua dependência de relações que se estabelecem fora do âmbito do sistema público de emprego.

4 Desemprego segundo características sociodemográficas

Nesta seção, busca-se analisar o desemprego na RMPA de acordo com características sociodemográficas, cotejando-se dados de 2001 e 2010. Inicialmente, procura-se identificar a evolução da incidência do desemprego

entre os diferentes grupos sociodemográficos, bem como a ocorrência de mudanças na composição do estoque de desempregados. Logo após, procura-se, por meio da regressão logística, estimar as chances de os trabalhadores estarem desempregados de acordo com as suas características sociodemográficas, com o propósito de avançar na compreensão das desigualdades existentes entre eles.

4.1 Incidência e composição do desemprego

Ao segmentar-se o desemprego na RMPA conforme o **sexo** dos indivíduos, constata-se que a sua incidência, na comparação de 2001 com 2010, apresentou redução tanto para homens quanto para mulheres, tendo sido levemente mais intensa entre os primeiros (-42,4%) em relação às últimas (-41,7%) — Tabela 4. Essa evidência sugere a manutenção da desigualdade existente na incidência do desemprego entre os sexos, reafirmando uma situação de desvantagem para as mulheres. Quanto à composição do desemprego, os dados contidos na Tabela 4 mostram incremento da parcela relativa de mulheres no estoque total de desempregados, de 54,1% em 2001 para 56,1% em 2010. Para tanto concorreu o fato de a incidência do desemprego ter se reduzido em ritmo um pouco inferior entre as mulheres, mas também fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho: na comparação de 2001 com 2010, verifica-se retração da taxa de participação entre os homens e relativa estabilidade entre as mulheres, assim como leve incremento da proporção de mulheres na População em Idade Ativa (PIA).⁴

De acordo com o recorte por **idade**⁵, a incidência do desemprego se reduziu, no cotejo de 2001 com 2010, em ritmo muito mais acelerado para os indivíduos maduros de 40 anos e mais (-50,1%) comparativamente aos jovens de 16 a 24 anos (-33,5%) e aos adultos de 25 a 39 anos (-29,8%) — Tabela 4. Em virtude desses comportamentos, a superioridade relativa dos trabalhadores maduros de 40 anos e mais em termos de incidência do desemprego se ampliou na comparação com aqueles que estavam inseridos nas demais faixas etárias. A distribuição dos desempregados mostra

⁴ Na Tabela A.1 do **Anexo estatístico**, encontram-se as taxas de participação e a distribuição da População em Idade Ativa, por características sociodemográficas, nos anos de 2001 e 2010 na RMPA.

⁵ Devido a limitações amostrais, não se podem calcular as variações intertemporais do desemprego para os indivíduos de 10 a 15 anos. De qualquer forma, constata-se, na Tabela 4, que a taxa de desemprego desta faixa etária em 2001 era extremamente elevada (45,8%), conquanto ela representasse uma pequena parcela relativa do contingente total de desempregados (3,8%).

que os jovens de 16 a 24 anos⁶ correspondiam à maior parcela relativa do estoque total de desempregados, a qual apresentou um modesto recuo, de 43,8% em 2001 para 41,1% em 2010. Esta leve mudança, todavia, deveu-se principalmente a um fator que incidiu pelo lado da oferta de trabalho, na medida em que houve forte diminuição da proporção de jovens na PIA (Tabela A.1). Em sentido distinto, os adultos de 25 a 39 anos registraram importante aumento em sua parcela relativa no estoque total de desempregados, de 29,5% em 2001 para 35,8% em 2010, o que foi ocasionado, principalmente, pelo ritmo menos intenso de redução da incidência do desemprego neste segmento populacional. Por fim, os indivíduos maduros de 40 anos e mais mantiveram praticamente inalterado o seu peso relativo no contingente total de desempregados (23,0% e 22,1%, na base comparativa em foco); neste caso, tal comportamento é uma síntese de fatores que operaram em sentidos opostos: se, por um lado, o ritmo muito mais intenso de redução da incidência do desemprego jogou a favor da retração da sua parcela relativa no estoque total de desempregados, por outro, o acentuado incremento de sua proporção na PIA praticamente anulou essa possibilidade (Tabela A.1).

Segundo a **raça/cor** dos trabalhadores, pode-se constatar que ocorreu redução mais acelerada da incidência do desemprego ente os negros (-46,1%) em relação aos não negros (-41,1%), no cotejo de 2001 com 2010, o que diminuiu a desigualdade existente entre ambas (Tabela 4). Não obstante, houve um leve aumento da proporção de negros no estoque total de desempregados, a qual passou de 18,3% em 2001 para 19,6% em 2010. Este último resultado se explica fundamentalmente por um fator que operou pelo lado da oferta de trabalho, dado que ocorreu elevação da parcela relativa de negros na PIA, como se observa na Tabela A.1.

Quanto ao recorte por **posição no domicílio** da força de trabalho metropolitana, os destaques positivos couberam aos chefes e aos cônjuges, cujas taxas de desemprego se reduziram com intensidades superiores à da média do mercado de trabalho no decênio em foco: 44,8% no caso dos primeiros e 43,1% no dos últimos (Tabela 4). No caso específico dos chefes, tal evidência é particularmente relevante, tendo em vista as suas responsabilidades na manutenção socioeconômica dos domicílios. No que diz respeito à composição do estoque total de desempregados na RMPA, identifica-se uma leve diminuição da proporção de chefes (de 27,7% em 2001 para 26,0% em 2010), enquanto as parcelas relativas das outras posições pouco se modificaram. Pode-se, ainda assim, ressaltar o grande peso relativo dos filhos no estoque total de desempregados, em torno de 43,0%, tanto ao início quanto ao final do período, o qual é muito superior à sua parcela relativa na PIA (Tabela A.1).

⁶ A respeito do desemprego juvenil, ver a síntese contida no Quadro 2.

Tabela 4

Taxa de desemprego e distribuição dos desempregados, de acordo com características sociodemográficas na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESEMPREGO			DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS	
	2001	2010	Δ%	2001	2010
TOTAL	14,9	8,7	-41,6	100,0	100,0
Sexo					
Homens	12,3	7,1	-42,4	45,9	43,9
Mulheres	18,2	10,6	-41,7	54,1	56,1
Idade					
10 a 15 anos	45,8	(1)-	-	3,8	(1)-
16 a 24 anos	27,5	18,3	-33,5	43,8	41,1
25 a 39 anos	11,7	8,2	-29,8	29,5	35,8
40 anos e mais	9,2	4,6	-50,1	23,0	22,1
Raça/Cor (2)					
Negros	22,7	12,2	-46,1	18,3	19,6
Não negros	13,9	8,2	-41,2	81,7	80,4
Posição no domicílio					
Chefe	8,8	4,8	-44,8	27,7	26,0
Cônjuge	14,1	8,0	-43,1	21,2	21,6
Filho	26,0	15,7	-39,4	42,5	43,1
Demais membros	21,1	13,9	-34,0	8,6	9,3
Escolaridade (3)					
Analfabetos	(1)-	(1)-	-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	16,8	9,1	-45,7	42,0	24,0
Fundamental completo a médio incompleto	19,4	12,7	-34,8	28,0	30,0
Médio completo a superior incompleto	12,7	8,3	-34,5	25,5	39,2
Superior completo	4,5	3,9	-14,9	3,0	6,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Negros abrangem negros e pardos; não negros, brancos e amarelos. (3) A faixa de escolaridade fundamental incompleto inclui indivíduos alfabetizados sem escolarização.

Quadro 2

Desemprego juvenil na Região Metropolitana de Porto Alegre

De acordo com a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, a população jovem é delimitada pela faixa etária de 15 a 24 anos (UNITED NATIONS, 2007; OIT, 2010). No caso brasileiro, como a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é a de 16 anos, adota-se a faixa etária de 16 a 24 anos para delimitar esse segmento populacional.

Segundo diversos estudos no âmbito internacional e do País, os jovens constituem-se em um dos segmentos populacionais mais afetados pela incidência do desemprego (OIT, 2000, 2010; O'HIGGINS, 1997; CEPAL, 2004; POCHMANN, 2000; DIEESE, 2008). Para tanto, concorrem diversas causas, como o fato de os jovens terem uma situação mais frágil no mercado de trabalho, nas fases de contração do ciclo econômico; a desvantagem da ausência de experiência profissional; e a intensidade do ritmo de crescimento deste segmento populacional.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a população jovem era de 600 mil pessoas em 2001, tendo declinado para 591 mil em 2010. Essa redução absoluta da população jovem, que é uma manifestação do processo de transição demográfica, fez com que o tamanho relativo da coorte juvenil — a proporção de jovens em relação à População em Idade Ativa (PIA) — passasse de 20,2% em 2001 para 16,8% em 2010. Por sua vez, a intensidade de engajamento dos jovens no mercado de trabalho, medida pela taxa de participação, nessa mesma base comparativa, registrou uma leve retração, de 68,8% para 67,2%. Tais evidências sugerem que essas duas variáveis, que influenciam o tamanho da oferta de trabalho, não tenham contribuído para ampliar as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, na primeira década do século XXI.

Em consonância com o padrão internacional, a incidência do desemprego entre os jovens na RMPA mostra-se muito superior à dos adultos (definidos como indivíduos de 25 anos e mais): em 2001, a taxa de desemprego dos primeiros era de 27,5%, e a dos últimos, 10,5%; em 2010, elas eram de 18,3% e 6,3% respectivamente. Como a incidência do desemprego se reduziu em ritmo menos intenso entre os jovens (-33,5%), em comparação aos adultos (-39,6%), a razão entre ambas elevou-se de 2,62 em 2001 para 2,90 em 2010. Assim, não obstante a melhor inegável do desemprego na RMPA no período, essas evidências não identificam redução da desigualdade **relativa** entre os jovens e os adultos. O peso relativo dos jovens no estoque total de desempregados era também muito elevado, situando-se em 43,8% em 2001 e em 41,1% em 2010, valores muito superiores à sua proporção na PIA.

Um *handicap* específico da população jovem no seu processo de inserção no mercado de trabalho é a ausência de experiência profissional. De acordo com os dados da PED-RMPA, a proporção de jovens desempregados sem experiência anterior de trabalho encontrava-se no patamar de 33,9% em 2001, o qual apresentou declínio para 28,6% em 2010. Quando se desagrega esse segmento populacional em jovens adolescentes de 16 e 17 anos e em jovens adultos de 18 a 24 anos, constata-se que, entre os primeiros, a parcela relativa de desempregados sem experiência anterior de trabalho elevou-se de 59,2% em 2001 para 68,2% em 2010 e, entre os últimos, evidenciou queda de 26,0% para 20,8% na mesma base comparativa — ou seja, esse *handicap* se agravou entre os jovens adolescentes da RMPA e se tornou um pouco mais tênue entre os jovens adultos.

Caberia, ainda, salientar as diferenças existentes entre os jovens na RMPA, em termos de desemprego, quando segmentados por sexo. Nesse sentido, a taxa de desemprego das mulheres jovens era de 33,6% em 2001, tendo declinado para 21,3% em 2010, enquanto a dos homens jovens era de 22,4% em 2001, passando para 15,7% em 2010. Por um lado, esses dados evidenciam uma situação de maior fragilidade feminina no mercado de trabalho, devido à incidência do desemprego em nível mais elevado; mas, por outro, também estão a indicar que a desigualdade foi diminuída, pois a taxa de desemprego das mulheres jovens teve redução mais intensa (-36,5%) em comparação à dos homens jovens (-29,3%).

No que se refere ao desemprego por níveis de **educação formal** na RMPA, a sua evolução no período em análise se revela um tanto surpreendente (Tabela 4). Nesse sentido, o segmento que experimentou a redução mais acelerada na incidência do desemprego, na comparação de 2001 com 2010, foi o dos indivíduos com escolaridade fundamental incompleta (-45,7%), enquanto o daqueles com escolaridade superior completa registrou o menor ritmo de retração (-14,9%). Assumindo-se que a educação formal é um dos atributos definidores das condições de inserção da PIA no mercado de trabalho, essa diminuição da desigualdade entre os dois segmentos não pode ser reconhecida como intuitiva. Quanto à composição do estoque total de desempregados por níveis de educação formal, esta mostra uma alteração também expressiva: houve grande redução da parcela relativa de indivíduos com fundamental incompleto, de 42,0% em 2001 para 24,0% em 2010, e aumentos nos outros segmentos, destacando-se o daqueles com escolaridade média completa a superior incompleto, de 25,5% para 39,2%, e o daqueles com superior completo, de 3,0% para 6,6%. No caso do primeiro segmento, a retração de sua proporção no estoque total de desempregados deveu-se não somente ao fato de que nele a incidência do desemprego se reduziu muito mais intensamente, mas também a fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho, na medida em que houve queda da sua taxa de participação e da sua parcela relativa na PIA; no caso do segundo e do terceiro segmentos, afora o menor ritmo de redução da incidência do desemprego, também foi fundamental para o aumento dos seus pesos relativos no estoque total de desempregados o incremento de suas proporções na PIA (Tabela A.1).

4.2 A estimação das chances de estar desempregado de acordo com as características sociodemográficas

O propósito deste tópico é o de procurar avançar no conhecimento a respeito do desemprego entre os diferentes grupos sociodemográficos. Para atingi-lo, considerou-se apropriado fazer uso da regressão logística, pois esta permite modelar as chances de uma pessoa economicamente ativa estar desempregada conforme as suas características sociodemográficas (WINKELMANN; BOES, 2006, cap. 4).

O modelo logístico que foi especificado tem como variável dependente o *status* dos indivíduos no mercado de trabalho, podendo assumir o valor 1 em caso de desemprego ou, alternativamente, 0, em caso contrário. As variáveis explicativas utilizadas, em consonância com o tópico anterior do trabalho, são sexo, idade, raça/cor, posição no domicílio e escolaridade, cuja forma de medição está descrita no Quadro 3. Por fim, o modelo foi

estimado para os anos de 2001 e 2010, com o objetivo de verificar a existência de mudanças no tempo dos efeitos das variáveis explicativas selecionadas.

Quadro 3

Descrição das variáveis do modelo logístico

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
Desemprego	Não desempregado = 0 (categoria de referência) Desempregado = 1
Sexo	Homem = 0 (categoria de referência) Mulher = 1
Idade	Medida em anos
Raça/Cor	Não negro = 0 (categoria de referência) Negro = 1
Posição no domicílio	Chefe = 0 (categoria de referência) Cônjuge = 1 Filho = 2 Demais membros = 3
Escolaridade	Medida em anos de estudo completos

Os resultados da estimação do modelo logístico encontram-se expostos na Tabela 5.⁷ Conforme se pode constatar, os coeficientes das variáveis explicativas mostram-se todos, para ambos os anos, estatisticamente significativos, à exceção da posição no domicílio de cônjuge. Iniciando a exposição de seus resultados, no que diz respeito à segmentação por **sexo** da força de trabalho, mantendo-se todas as demais variáveis explicativas constantes, estima-se que uma mulher na RMPA possuía em 2001 uma chance 70,5% superior à de um homem de estar desempregada⁸, o que, uma vez mais, confirma a condição de maior fragilidade feminina em termos de sua inserção no mercado de trabalho. No ano final do decênio sob análise, este resultado pouco havia se alterado na Região, na medida em que se estima que uma mulher tinha uma chance 65,0% superior à de um homem de encontrar-se desempregada.

⁷ Os resultados da estimação do modelo logístico devem ser examinados com cautela, pois uma medida de ajuste — o pseudo R^2 — mostra baixos valores tanto em 2001 quanto em 2010 (ver Tabela 5).

⁸ Este resultado é obtido da seguinte forma: $[(e^{0,533428} - 1) \times 100] = 70,5\%$.

Tabela 5

Resultados da estimação da regressão logística, indivíduos desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	2001	2010
Constante	(1)-0,173173	(2)-0,451551
Erro padrão	0,074675	0,108347
Sexo		
Homem	(3) ref.	(3) ref.
Mulher	(2) 0,533428	(2) 0,501071
Erro padrão	0,034125	0,043583
Idade	(2)-0,038806	(2)-0,045010
Erro padrão	0,001582	0,002091
Raça/Cor		
Não negros	(3) ref.	(3) ref.
Negros	(2) 0,419101	(2) 0,265712
Erro padrão	0,039046	0,049140
Posição no domicílio		
Chefe	(3) ref.	(3) ref.
Cônjuge	0,032691	0,077420
Erro padrão	0,047281	0,061150
Filho	(2) 0,694562	(2) 0,590484
Erro padrão	0,043218	0,056215
Demais posições	(2) 0,469493	(2) 0,511210
Erro padrão	0,059523	0,077622
Escolaridade	(2)-0,105968	(2)-0,095629
Erro padrão	0,004398	0,006149
Pseudo R²	0,088819	0,079708
Tamanho da amostra	41.968	36.758

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Da amostra foram excluídos os indivíduos analfabetos e os alfabetizados sem escolarização.

2. A variável dependente do modelo tem como categoria de referência a situação em que o indivíduo não está desempregado.

(1) Estatisticamente significativo ao nível de 5,0%. (2) Estatisticamente significativo ao nível de 0,1%. (3) Categoria de referência.

Quanto ao recorte por **idade** da força de trabalho, os resultados do modelo logístico evidenciam que esta tem um efeito negativo sobre a chance de desemprego: mantendo-se as demais variáveis explicativas constantes, estima-se que um ano a mais de idade reduzia a probabilidade de um trabalhador estar desempregado na RMPA em 3,8% em 2001 e em 4,4% em 2010, o que revela, também, que a importância desta variável explicativa se ampliou no período. Neste sentido, ao comparar-se, por exemplo, um jovem de 20 anos com um adulto de 40 anos, assumindo-se as demais variáveis explicativas como dadas, pode-se estimar que os primeiros possuíam uma

chance 76,2 pontos percentuais superior à dos últimos de estarem desempregados em 2001 e de 88,0 pontos percentuais em 2010 — ou seja, ao final do decênio, o jovem tinha uma chance ainda maior de estar desempregado em relação ao adulto.⁹

No que se refere à segmentação por **raça/cor** da PEA, a estimação do modelo logístico confirma uma situação de nítida desvantagem da população negra em termos de desemprego na RMPA (Tabela 5). Assim, estima-se que um trabalhador negro possuía, mantendo-se as outras variáveis explicativas inalteradas, uma chance 52,1% superior à de um trabalhador não negro de estar desempregado, em 2001, o que sugere a ocorrência de práticas discriminatórias no mercado de trabalho local. Ao final do período, a desvantagem da população negra havia diminuído, pois a chance de um afrodescendente estar desempregado passou a ser 30,4% superior à de um não negro, o que indica uma redução da desigualdade entre os dois grupos populacionais na procura por trabalho.

No que diz respeito à variável explicativa **posição no domicílio** da força de trabalho na RMPA, os resultados da estimação do modelo logístico mostram-se estatisticamente significativos e com sinais positivos para as posições de filhos e de demais membros, tanto em 2001 quanto em 2010 (Tabela 5). Assim, pode-se estimar que um filho possuía, assumindo-se as outras variáveis independentes como dadas, uma chance 100,3% superior à de um chefe de estar desempregado em 2001, e de 80,5% em 2010. Este resultado pode ser considerado esperado, pois os filhos são, em sua maioria, jovens, segmento populacional no qual a incidência do desemprego é elevada, o que está respaldado pelas evidências apresentadas no tópico anterior deste trabalho. Por sua vez, de acordo com a estimação do modelo logístico, os demais membros também estão em uma situação de desvantagem no mercado de trabalho: em 2001, mantendo-se as outras variáveis independentes constantes, um indivíduo nesta posição do domicílio tinha uma chance 59,9% superior à de um chefe de estar desempregado, e, em 2010, tal probabilidade havia alcançado 66,7%.

Quanto à variável explicativa **escolaridade**¹⁰, a estimação do modelo logístico confirma que esta tem um efeito negativo sobre o desemprego na

⁹ Para o ano de 2001, o resultado acima descrito é assim obtido: $[(e^{-0,038806} - 1) \times 20] \times 100 = -76,1\%$, para um indivíduo de 20 anos; $[(e^{-0,038806} - 1) \times 40] \times 100 = -152,3\%$, para um indivíduo de 40 anos; por fim, para calcular a diferença entre os dois indivíduos, faz-se: $-152,3\% - (-76,1\%) = -76,2$ pontos percentuais.

¹⁰ No que diz respeito a esta variável, da amostra foram excluídos os indivíduos analfabetos e os alfabetizados sem escolarização. No primeiro caso, conforme se pode constatar na Tabela 4, há poucas ocorrências na base de dados da PED-RMPA, o que impediu a divulgação da taxa de desemprego e da parcela relativa de analfabetos no estoque total de desempregados. No segundo, como a variável escolaridade é quantitativa, teria de se arbitrar o número de anos de estudos dos indivíduos alfabetizados sem escolarização, o que não se considerou adequado fazer.

RMPA, sendo a sua magnitude levemente superior em 2001 em comparação a 2010 (Tabela 5). Nesse sentido, estima-se que um ano a mais de estudo na Região reduzia a chance de estar desempregado em 10,1% em 2001 e em 9,1% em 2010, mantendo-se as demais variáveis explicativas do modelo inalteradas. Para explorar-se um pouco mais o impacto da educação formal, a seguinte comparação é ilustrativa: uma pessoa economicamente ativa com escolaridade superior completa (15 anos de estudos) em relação a outra com fundamental incompleto (7 anos de estudos), de acordo com os resultados da estimação do modelo logístico, tinha uma chance 80,4 pontos percentuais inferior de estar desempregada em 2001 e de 73,0 pontos percentuais em 2010.¹¹ O fato desta diferença, ainda que acentuada, ser cadente no tempo, coaduna-se com as evidências expostas no tópico anterior, no qual se identificou que os indivíduos com escolaridade fundamental incompleta foram aqueles que registraram, no recorte sob análise, o maior ritmo de redução do desemprego.

5 Considerações finais

De acordo com as evidências expostas neste estudo, houve um processo de redução do desemprego na RMPA na primeira década do século XXI, cuja incidência atingiu o menor patamar da série histórica da Pesquisa em 2010. Para tanto concorreu o melhor desempenho macroeconômico, com ênfase na segunda metade do período, à exceção de 2009. Nesse contexto, a capacidade de geração de oportunidades ocupacionais foi superior ao crescimento da PEA, o que ocasionou uma diminuição substancial dos níveis de desemprego.

A secção do desemprego em dois tipos, o aberto e o oculto, revelou que ambos apresentaram uma trajetória descendente na RMPA ao longo do decênio em foco. A esse respeito, um aspecto que se destacou foi que a taxa de desemprego aberto caiu em ritmo menos intenso do que a de desemprego oculto, com o que a razão entre ambas aumentou de 1,81 em 2001 para 4,12 em 2010. Conforme a interpretação proposta, tal mudança está inserida em um contexto mais promissor em termos de oportunidades ocupacionais, no qual teve particular relevância a geração de empregos com registros formais na Região. Em tal ambiente, não somente passaram a existir alternativas ocupacionais para os indivíduos que estavam em desemprego oculto, como também aumentou a chance de que um trabalhador que

¹¹ Para se obter esses resultados, exemplificando com os dados de 2001, procede-se da seguinte forma: $[(e^{-0,899453} - 1) \times 7] \times 100 = -70,4\%$, para um indivíduo com 7 anos de estudos; $[(e^{-0,908801} - 1) \times 15] \times 100 = -150,8\%$, para um indivíduo com 15 anos de estudos; e, para calcular a diferença entre ambos, faz-se: $-150,8\% - (-70,4\%) = -80,4$ pontos percentuais.

viesse a experimentar o desemprego reunisse as condições de acesso ao seguro-desemprego, com o que ele pode exercer a procura por trabalho em uma situação de desemprego aberto. Este é um tema que merece ser mais investigado em estudos futuros, com o propósito de verificar se essa interpretação é condizente com a realidade, assim como se as mudanças na incidência do desemprego por tipo irão se configurar como duradouras.

Outra dimensão do desemprego que evidenciou um processo de mudança no período em análise na RMPA foi a do tempo médio de procura por trabalho, que passou de 10,1 meses em 2001 para 6,5 meses em 2010. É interessante chamar a atenção para o fato de que este último valor se aproximou do limite do número de meses de concessão do seguro-desemprego — cinco meses —, indicando uma situação menos adversa para os indivíduos que estavam desempregados ao final do período. A composição do estoque de desempregados segundo a extensão da sua duração também se modificou, sendo que o segmento que se encontrava em desemprego de longo prazo — mais de 12 meses — se reduziu pela metade na comparação de 2001 com 2010.

O estudo das fontes de sobrevivência dos desempregados mostrou que estes dependiam, seja qual fosse o tipo de desemprego, em ampla medida, do circuito de relações familiares e pessoais para obterem os seus meios de subsistência material. No caso dos trabalhadores em desemprego aberto, a proporção daqueles que apontaram o seguro-desemprego como fonte de sobrevivência era ainda baixa, mas de qualquer forma elevou-se de 5,0% em 2001 para 8,6% em 2010. Já no dos trabalhadores em desemprego oculto pelo trabalho precário, derivado do seu próprio conceito, os trabalhos irregulares e ocasionais constituíram-se no meio de sobrevivência mais recorrente. No todo, a constatação geral desta parte do estudo é a de que existe a necessidade de avançar na proteção aos desempregados por meio das políticas públicas para o mercado de trabalho.

A análise do desemprego de acordo com características sociodemográficas identificou diferenças internas aos segmentos da força de trabalho da Região, que podem ser assim sintetizadas: (i) a desigualdade entre homens e mulheres manteve-se no período em foco, reafirmando a maior fragilidade feminina no mercado de trabalho da Região; (ii) os trabalhadores maduros de 40 anos e mais experimentaram uma redução muito mais acelerada da incidência do desemprego, ampliando a diferença favorável a eles em comparação às outras faixas etárias; (iii) a população negra registrou maior retração da taxa de desemprego, com o que a desigualdade em relação aos não negros diminuiu; (iv) os chefes e os cônjuges evidenciaram ritmo mais intenso de redução da incidência do desemprego, o que tornou maior o diferencial das suas taxas de desemprego *vis-à-vis* às outras posições no domicílio; (v) e a força de trabalho com menor nível de educação formal — em aparente paradoxo — foi aquela que teve a maior redução da

incidência do desemprego, diminuindo o hiato em comparação aos trabalhadores mais escolarizados.

Finalmente, os resultados da estimação do modelo logístico confirmaram que as variáveis explicativas sexo, idade, raça/cor, posição no domicílio e escolaridade tiveram efeitos estatisticamente significativos sobre as chances de estar desempregado na RMPA, tanto em 2001 quanto em 2010. Pode-se afirmar que os sinais das estimativas dos coeficientes dessas variáveis foram, de modo geral, os esperados, indo ao encontro das evidências descritas neste estudo sobre o desemprego segundo características sociodemográficas.

Anexo estatístico

Tabela A.1

Taxa de participação e distribuição da População em Idade Ativa, de acordo com características sociodemográficas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001 e 2010

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO			DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	
	2001	2010	$\Delta\%$	2001	2010
	(%)				
TOTAL	58,6	57,7	-1,5	100,0	100,0
Sexo					
Homens	68,5	66,4	-3,1	47,5	46,8
Mulheres	49,6	50,0	0,8	52,5	53,2
Idade					
De 10 a 15 anos	5,9	1,5	-74,6	12,3	10,6
De 16 a 24 anos	68,8	67,2	-2,3	20,2	16,8
De 25 a 39 anos	82,0	84,9	3,5	27,0	25,9
40 anos e mais	53,8	51,9	-3,5	40,5	46,6
Raça/Cor (1)					
Negros	58,2	56,3	-3,3	12,1	14,3
Não negros	58,6	57,9	-1,2	87,9	85,7
Posição no domicílio					
Chefe	72,1	66,9	-7,2	38,2	40,4
Cônjuge	54,0	56,6	4,8	24,3	23,9
Filho	47,3	48,1	1,7	30,3	28,7
Demais membros	49,7	47,4	-4,5	7,2	7,0
Escolaridade (2)					
Analfabetos	24,0	14,9	-37,9	3,2	2,0
Fundamental incompleto	46,5	36,9	-20,6	46,9	35,8
Fundamental completo a médio incompleto	63,9	59,9	-6,3	19,7	19,8
Médio completo a superior incompleto	76,3	75,2	-1,4	22,9	31,5
Superior completo	80,8	79,2	-2,0	7,3	10,9

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Negros abrangem negros e pardos; não negros, brancos e amarelos. (2) A faixa de escolaridade fundamental incompleto inclui indivíduos alfabetizados sem escolarização.

Referências

- ALONSO, J.. **Gênese e institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2008. (Texto para Discussão FEE, n. 29).
- BORGES, B.. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo a (re)estruturação do mercado de trabalho na RMPA? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 39, n. 1, p. 55-64, 2011.
- CARDOSO Jr., J.. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 87-108, 2007.
- CHAVES, A. *et al.* O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: CONCEIÇÃO, O. (Org.) *et al.* **Três décadas de economia gaúcha — a evolução social**. Porto Alegre: FEE, 2010.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. Santiago: CEPAL, 2004.
- DEDECCA, C., BALTAR, P.. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997.
- DEDECCA, C.. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 46-57, 2006.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos — mudanças na inserção entre 1998 e 2007**. São Paulo: DIEESE, 2008.
- PESQUISA de Emprego e Desemprego — PED: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: SEADE; DIEESE, 2009.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- HOFFMANN, M. *et al.* O sistema PED: pesquisa de emprego e desemprego em seis regiões metropolitanas. In: WILTGEN, R. (Coord.), GARCIA, L. (Coord.) **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, 2002.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo.** Ginebra: OIT, 2000.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Tendencias mundiales del empleo juvenil.** Ginebra: OIT, 2010.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Trabajo decente y juventud — América Latina.** Lima: OIT, 2007.

O'HIGGINS, N.. **The challenge of youth unemployment.** Geneva: OIT, 1997. (Employment and training papers, n. 7).

POCHMANN, M.. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SALM, C. (Coord.). **O mercado de trabalho brasileiro — estrutura e conjuntura.** Rio de Janeiro: IEI, 1987.

TROYANO, A.. Como medir o desemprego numa economia subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 13-15, 1988.

UNITED NATIONS. **World youth report 2007** - young people's transition to adulthood - progress and challenges. New York: UN, 2007.

WINKELMANN, R.; BOES, S.. **Analysis of microdata.** New York: Springer, 2006.

